

JOHN STEVENS, PRECURSOR DA LUSOFILIA ROMÂNTICA

João Paulo Ascenso Pereira da Silva *

Foi ao longo do séc. XVI que em Inglaterra se iniciou a divulgação consciente, embora mais ou menos acidental, de obras literárias portuguesas. Apesar de as primeiras traduções datarem do século anterior, elas não corresponderam a qualquer interesse específico pela nossa literatura ¹. Na verdade, os textos portugueses então conhecidos na Grã-Bretanha prendiam-se com a grande aventura das Descobertas, transmitindo em prosa, nem sempre muito elaborada, a novidade que a vida entre civilizações exóticas representava, bem como os mais recentes avanços científicos, nos campos da Náutica, da Cosmografia e da Geografia.

Os raros textos traduzidos para inglês — os extractos da *Diana* de Jorge de Montemor ², por Barnaby Googe, e as versões dos romances *Amadis de Gaula* e *Palmeirim de Inglaterra*, elaboradas pelo poeta e dramaturgo Anthony Munday ³, conjuntamente com um grupo de colaboradores, — em nada contribuíram para a divulgação das nossas letras em Inglaterra ou para o estabelecimento de laços culturais entre os dois países. O facto de as duas obras terem sido editadas pela primeira vez em castelhano induziria os tradutores franceses e ingleses em erro, julgando tratar-se de originais espanhóis.

À restauração da monarquia portuguesa e da independência nacional, em 1640, correspondeu o restabelecimento das relações entre Portugal

* Assistente do Departamento de Línguas e Literaturas Modernas da Universidade dos Açores. Mestre em Estudos Anglo-Portugueses.

¹ Vide João Paulo A. Pereira da Silva, *Memórias de Portugal, A Obra Lusófila de John Adamson*, Dissertação de Mestrado em Estudos Anglo-Portugueses apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 1986, Cap. I, pp. 8-22 (trabalho a publicar em 1989, em Ponta Delgada e Lisboa pela Editora Signo).

² Os dois extractos foram publicados por Barnaby Googe na antologia *Ecloges, Epytaphs and Sonnettes*, em 1563. A primeira tradução integral da *Diana* data de 1598 e é da autoria de Bartholomew Young.

³ A este propósito veja-se a obra de Henry Thomas, *Spanish and Portuguese Romances of Chivalry. The Revival of the Romance of Chivalry in the Spanish Peninsula, and its extension and influence abroad*, Cambridge, At the University Press, 1920; em especial o «Appendix II», pp. 310-315.

e a Grã-Bretanha. É neste contexto histórico que surge a primeira tradução consciente de uma obra literária portuguesa, ainda que de forma um pouco ocasional. No decurso da importante actividade diplomática que o levou a viver alguns anos em Madrid e Lisboa, *Sir Richard Fanshawe* publica a quarta versão europeia de *Os Lusíadas*⁴ numa língua moderna e a primeira em inglês.

Todavia, o tradutor viria a experimentar o destino de todos os precursores, pois o seu trabalho recebeu severas críticas dos contemporâneos, não logrando alcançar qualquer sucesso fora do restrito círculo intelectual que frequentava.

O final do século XVII marcará o início de um novo capítulo na história das relações político-diplomáticas entre as duas nações. A queda do *Commonwealth* puritano, a restauração da dinastia Stuart e o casamento de Carlos II com Catarina de Bragança abriram caminho a uma lenta divulgação da herança histórico-cultural portuguesa⁵.

A descoberta da tradição literária e da história de um povo até aí considerado semi-bárbaro pelos ingleses, ficaria, em grande medida, a dever-se à acção de diplomatas como *Sir Robert Southwell* e *Edward Montagu*, entre outros. Assiste-se, ao longo deste período, a um acréscimo do interesse por alguns dos episódios mais célebres da nossa história. De facto, a maior parte das obras de tema português publicadas naquele período na Grã-Bretanha era sobretudo histórica.

No entanto, os factores anteriormente citados não podem ser tomados como factor determinante na escolha de temas portugueses por parte de alguns autores. É forçoso reconhecer que a literatura da Restauração se encontrava profundamente submetida ao gosto francês. A França passaria, deste modo, a desempenhar o papel de intermediária na introdução de assuntos portugueses em Inglaterra. Deste modo, a esmagadora maioria das obras inglesas, cuja temática se relacionava com Portugal, eram adaptações de originais franceses ou não passavam de simples traduções.

Assim, enquanto John Dryden irá redescobrir D. Sebastião, figura anteriormente tratada pelos dramaturgos isabelinos e carolinos, dedicando-lhe a tragédia *Don Sebastian*⁶, uma outra personagem histórica irá suplantar o rei português como tema de textos dramáticos ingleses — Inês de Castro. Contudo, até aos fins do século XVIII essas tragédias foram sempre traduções ou adaptações de obras literárias francesas.

Outro episódio que impressionou particularmente o público inglês da época foi a deposição de Afonso VI e o seu divórcio, que serviram de tema a diversos relatos históricos, nos finais do séc. XVII. Entre os trabalhos consagrados a este assunto destacam-se *Portugal History*⁷, da autoria de S. P. (que alguns autores pretendem identificar com Samuel Pepys)

⁴ *The Lusiad, or Portugals Historicall Poem: Written in the Portingall language by Luis de Camoens, and now newly put into English by Richard Fanshawe Esq.*; London, Humphrey Moseley, 1655.

⁵ Vide Félix Walter, *La Littérature Portugaise en Angleterre a L'Epoque Romantique*, Paris, Librairie Ancienne Honoré Champion, 1927, cap. 1, p. 19.

⁶ *Don Sebastian, King of Portugal: a Tragedy, in five acts, and in prose and verse*, London, 1690.

⁷ *Portugal History: or a Relation of the Troubles that Happened in the Court of Portugal in the Years 1667 and 1668*, London, 1677.

e a obra de Robert Southwell *The History of the Revolutions of Portugal*⁸.

Tendo a presença de Catarina de Bragança em Inglaterra desencadeado um processo de intensificação das relações políticas e económicas entre Portugal e a Inglaterra, poderia esperar-se que outro tanto tivesse ocorrido em termos literários e intelectuais. Porém, a estada de Catarina na Grã-Bretanha em nada contribuiu para estimular os escritores britânicos a uma exploração em maior escala de temas portugueses. Destas circunstâncias resultariam obras meramente ocasionais, laudatórias ou satíricas, mas sem mérito literário.

De confissão católica, a rainha jamais conseguiu conquistar a simpatia dos súbditos ingleses, que entreviam na sua presença e na aliança com o nosso país a ameaça de restauração da Igreja Romana. Mas foi justamente a religião que, na mesma época, levou uma outra personagem britânica a concentrar a sua actividade literária em Portugal. Trata-se do Capitão John Stevens, militar de origem irlandesa, católico, que, para além de ter participado nas campanhas de James II na Irlanda⁹, prestou inúmeros serviços à Coroa Inglesa.

Embora tenha escapado incólume a quaisquer perseguições, após a queda do monarca, em 1688, é muito provável que o novo quadro político-institucional, decorrente da Glorious Revolution, tenha motivado o seu afastamento «voluntário» da Grã-Bretanha por alguns anos. A sua confissão religiosa e a estreita colaboração prestada ao monarca James II (que jamais dissimulara as suas pretensões absolutistas e o desejo de um restabelecimento do catolicismo como religião oficial de Inglaterra) levaram-no a escolher como local de exílio Espanha e Portugal, países que não haviam sido afectados pela Reforma. A este propósito importa registar aquilo que nos diz o *Dictionary of National Biography*:

«STEVENS or STEPHENS, John (d. 1726), Spanish scholar and translator, was a roman catholic, and probably an Irishman. He is said to have accompanied James II in his Irish campaigns, and to have been employed in other services by him. He is probably to be identified with the Lieutenant John Stephens mentioned by D'Alton (*King James's Irish Army List*, p. 485). He was not attainted, and before 1695 had settled in London. From that time till his death he was assiduously engaged in translations and historical and antiquarian compilations. He says nothing of himself in any of his numerous works, which are almost always inscribed 'Captain Stevens'. The intimate knowledge of Portuguese

⁸ *The History of the Revolutions of Portugal, from the Foundation of that Kingdom to the year MDCLXVII with Letters of Sir Robert Southwell to the Duke of Ormond; Giving a particular Account of the deposing of Alfonso, and placing Don Pedro on the Throne*, London, 1740.

⁹ John Stevens deixou-nos um testemunho pessoal do conflito e da sua participação nas campanhas da Irlanda através do seu diário, intitulado *The Journal of John Stevens, containing a brief account of the war in Ireland, 1689-1691*, ed. by the Rev. H. Murray [...] Oxford, The Clarendon Press, 1912.

and of the Spanish Language displayed in his prefaces points to a residence in Spain or Portugal.»¹⁰.

Apesar de a estada de Stevens em Portugal ser colocada como mera hipótese pelo articulista do *Dictionary of National Biography*, ela é confirmada textualmente pelo autor na dedicatória a Lewis of Feversham que antecede a sua descrição de Portugal, *The Ancient and Present State of Portugal* (1791):

«In Obedience I forbear that Subject, and Present Your Lordship with this short Description of *Portugal*; a Kingdom small in it self, yet once Famous for its Discoveries and Conquests. The Description is short yet such as the Country will bear, nothing Material being omitted, and as for the Truth, taken from such Authors as have given the best Accounts of it, besides what little Knowledge Three Years Residence there could acquire me.»¹¹

De resto, o grande número de obras portuguesas e espanholas por ele traduzidas é desde logo prova irrefutável de um profundo conhecimento dos dois idiomas, que implicou necessariamente uma longa permanência na Península Ibérica.

Sobre a sua origem e a sua história de vida pouco ou quase nada se sabe. Para além da informação disponível no *Dictionary of National Biography*, os restantes dicionários biográficos, ou obras de referência bibliográfica e enciclopédica britânicas e portuguesas, simplesmente o ignoram¹². As bibliografias sobre literatura de viagens são neste aspecto tão lacónicas e inconclusivas como as anteriores, fazendo mera referência às suas obras mais conhecidas e às respectivas datas de publicação¹³.

¹⁰ Gerald le Grys Norgate, «Stevens or Stephens John (d. 1726)», in *The Compact Edition of the Dictionary of National Biography, Complete Text Reproduced Micrographically*, Oxford, etc., Oxford University Press, 1975, vol. II, p. 1999.

¹¹ «The Epistle Dedicatory», in *The Ancient and Present State of Portugal Containing the Description of that Kingdom, its Former and Present Division, the Manner of the Cortes or Parliament [...] Also a Curious Account of the Inquisition, and of all the Towns and Rivers in the Kingdom, besides some of the Chiefest on the Frontiers of Spain [...] By a Gentleman who Resided some years in that Country*, London, Printed and Sold by J. Nutt, 1706.

¹² Entre as obras e os autores consultados apenas Inocêncio Francisco da Silva se refere ao nosso autor, mais especificamente no artigo do *Diccionario Bibliographico Portuguez* dedicado a Manuel de Faria e Sousa (Tomo V, Lisboa, Imprensa Nacional, 1860, p. 417). O nome de Stevens é mencionado a propósito da sua versão inglesa da *Asia Portuguesa*.

¹³ São as seguintes as bibliografias sobre literatura de viagens que contêm referências a Stevens: Manoel Bernardes Branco, *Portugal e os Estrangeiros*, Vol. II, Lisboa, Livraria de A. M. Pereira, 1879, pp. 239, 556, 557, (entradas n.ºs 237, 449 e 453); Segunda Parte, Vol. III, entrada n.º 1314;

Edward Godfrey Cox, *A Reference Guide to the Literature of Travel, Including Voyages, Geographical Descriptions, Adventures and Expeditions*, Vol I, «The Old World», Seattle, University of Washington, 1935, pp. 117, 118, 122;

Arturo Farinelli, *Viajes for España y Portugal, Desde la Edad Media Hasta el Siglo XX, Divagaciones Bibliográficas*, Vol. I, Madrid, Junta para Ampliación de Estudios y Investigaciones Científicas, Centro de Estudios Históricos, 1920, pp. 230, 239; Vol. II, *Suplemento al Volumen de las Divagaciones Bibliográficas*, Madrid, 1930, p. 191.

Os numerosos trabalhos de Stevens em nada contribuem para um conhecimento mais profundo da sua personalidade e para a reconstrução da sua biografia. Sobre ele mesmo nada diz e nem mesmo as dedicatórias aos patronos ou protectores, a quem oferecia as suas traduções, deixam transparecer quaisquer dados relevantes.

A importância da intervenção de Stevens no âmbito literário e do seu contributo para a divulgação da nossa literatura em Inglaterra reside na originalidade revelada pela escolha das obras que verteu para inglês. Na selecção de géneros e de autores Stevens denota, simultaneamente, uma orientação temática de contornos bem definidos e um conhecimento profundo das letras portuguesas de seiscentos e das literaturas ibéricas em geral. Notável é, igualmente, a sua consciência do valor específico dos escritores que traduziu, no contexto de uma época literária.

Após o seu regresso a Inglaterra, que provavelmente terá ocorrido antes de 1695, estabeleceu-se em Londres, onde traduziu até 1699 algumas obras fundamentais da historiografia peninsular.

A sua primeira publicação foi uma versão resumida da *Asia Portuguesa* (1666-1675)¹⁴ de Manuel de Faria e Sousa, editada em três volumes sob o título de *Portuguese Asia*¹⁵. O trabalho foi dedicado a Catarina de Bragança a quem o autor se dirige na epístola-dedicatória que abre o primeiro tomo. O interesse deste texto reside no facto de Stevens se revelar devedor de favores à Rainha, naquele tempo seu patrono literário. Este dado poderá em certa medida justificar a exclusiva dedicação demonstrada pelo nosso autor, na primeira fase da sua carreira literária, à tradução de textos portugueses. Passaremos, a título de curiosidade, a citar um trecho da dedicatória:

«To Her Most Sacred Majesty
Catherine, Queen Dowager of England, etc.

Madam, It is not the sense of the mighty Favours I stand indebted for; that moves me to presume to dedicate this work to Your Majesty; for Debts to Sovereigns are above all acknowledged. Nor is it Protection I sue for under so August a Patroness; the Subject carries its own defence along with it, though perhaps the Stile be not Proportionable to such Glorious Matter.»¹⁶

Seguiu-se em 1698 uma versão do *Epitome de las Historias Portuguesas* (1628)¹⁷ de Manuel de Faria e Sousa, intitulada *The History*

¹⁴ *Asia Portuguesa* [...] de Manuel de Faria y Sousa [...] Dedicada por su hijo el Capitan P. de Faria y Sousa al Rey Don Alfonso VI, 3 vols., Lisboa, 1666-74-75.

¹⁵ É este o título completo da versão inglesa: *The Portugues Asia: or, The history of the discovery and conquest of India by the Portugues; containing all their discoveries from the coast of Africk, to the farthest Parts of China and Japan* [...] In Three Tomes [...] Translated into English by Capt. John Stevens, London, Printed for C. Brome, 1695; (Reeditado em 1971 por Gregg International Publishers Limited, Westmead, Farnborough, Hants, England).

¹⁶ [«Dedicatória»], in *Ibidem*, Tome the First, London, C. Brome, 1695, [p. III].

¹⁷ *Epitome de las Historias Portuguesas. Dividido en dos partes. Por Manuel de Faria y Sousa* [...], Madrid, Francisco Martinez, 1628.

of Portugal¹⁸, incluindo um apêndice relatando os factos históricos ocorridos a partir de 1640. Ainda no âmbito da narrativa histórica, publicaria em 1699 uma tradução da obra do espanhol Juan de Mariana *Historia General de España* (1601)¹⁹. O *Dictionary of National Biography*²⁰ atribui igualmente a Stevens um grande número de versões de originais da historiografia castelhana e de relatos de viagem espanhóis.

Acresce dizer que a sua carreira abrangeu igualmente o plano literário, sendo numerosas as suas traduções de poetas peninsulares do século XVII, que parecem ter ocupado o autor a partir de 1697. Nesse mesmo ano surge a versão de um dos mais conhecidos exemplares de prosa didáctica do séc. XVII, a *Carta de Guia de Casados* (1651) de D. Francisco Manuel de Melo, intitulada *The Government of a Wife*²¹, dedicada pelo tradutor a D. Lufs da Cunha, magistrado e diplomata português que, em 1697, seguiu para Londres como Enviado Extraordinário de Portugal. Stevens, por certo, considerou que esta obra de carácter moralizador se revestia da maior utilidade para a época dissoluta que foi a Inglaterra da Restauração. Exactamente por esse motivo o tradutor não se limitaria a verter o texto para inglês, procurando adaptar pontualmente o conteúdo à realidade social e cultural da Inglaterra de então. É igualmente neste sentido que se pronuncia o lusófilo Edgar Prestage, numa passagem do ensaio biográfico *Dom Francisco Manuel de Mello, His Life and Writings* (1905):

«Here and there he omits pages of the original because of the differing customs of Portugal and England, and substitutes what he considers more appropriate matter of his own.»²²

Esta obra, que foi desenvolvida, passando a intitular-se *Europa Portuguesa* (1678-80), não deixou de ser reeditada e acrescentada. Logo em 1726 foi autorizada em Madrid a sua publicação como *História del Reyno de Portugal*, título que os censores continuaram a referir. Pelo contrário, a licença concedida em 1726, para a edição de Antuérpia de 1730, refere como título *Epitome de las Historias Portuguesas*, que se mantém em todas as páginas mas não no frontispício (que continua a ser o de *Historia del Reyno de Portugal*).

Qualquer que tenha sido a edição utilizada, a tradução de Stevens é extremamente livre. É provável que, neste caso, o tradutor se tenha servido de uma edição recente do *Epitome*, que corresponde melhor, em extensão, à versão inglesa, não atingindo (tal como esta) a dimensão e o pormenor da *Europa Portuguesa*.

¹⁸ *The History of Portugal, From the first Ages of the World, to the late great Revolution, under King John IV in the year MDCXL. Written in Spanish by Emanuel de Faria e Sousa [...] Translated and continued down to this present year 1698, by Capt. John Stevens*, London, W. Rogers, 1698.

¹⁹ Obra publicada pela primeira vez em latim (1592) e, somente em 1601, em castelhano. O título da versão inglesa é o seguinte: *The General History of Spain [...] The whole translated from the Spanish by Capt. John Stevens*, London, printed for Richard Sare, 1699.

²⁰ *Op. cit.*, Vol. II, p. 1999.

²¹ Apresentada como *The Government of a Wife; Or Wholsom and Pleasant Advice for Married Men: In a letter to a Friend. Written in Portuguese, By Don Francisco Manuel, With some Additions of the Translator. There is also Added, A letter upon the same Subject, written in Spanish by Don Antonio de Guevara, Bishop of Mondoñedo; Preacher and Historiographer to Emperour Charles V. Translated into English, By Capt. John Stevens*, London, Printed for Jacob Tonson, 1697; (título original: *Carta de Guia de Casados, para que pelo caminho da prudência se acerte com a casa do descanso. A um amigo*, Lisboa, 1651).

²² *Dom Francisco Manoel de Mello, His life and Writings with Extracts From the 'Letter of Guidance to Married Men'*, Manchester, Sherrat and Hughes, 1905, p. 26.

Para além de ter traduzido dois dos mais célebres nomes da literatura portuguesa do Período Barroco, Stevens verteu igualmente para inglês um texto do poeta e viajante judeu Pedro Teixeira, nascido em Portugal em meados do séc. XVI e morto em Antuérpia cerca de 1610. A obra em causa, escrita em castelhano, simultaneamente uma narrativa histórica e um relato da viagem realizada pelo próprio Teixeira, intitula-se *Relaciones del Origen, Descendencia y Succession de los Reyns de Persia y de Hormuz, y de un Viaje Hecho desde la India Oriental hasta Italia por Tierra* (1610)²³. Porém, Stevens preferiu não traduzir toda a obra de um só fôlego e num único volume, publicando primeiramente a parte da relação, correspondente ao relato da viagem da Índia a Itália. Esta versão surgiu, pela primeira vez, integrada na sua compilação *A New Collection of Voyages and Travels*, editada em fascículos mensais entre 1708 e 1710²⁴. A tradução do restante texto de Pedro Teixeira sairia em 1715, sob o título de *History of Persia*, versão resumida e alterada, na qual o nosso autor incluiu comentários ocasionais²⁵.

A prova inequívoca de que Stevens não foi um mero tradutor, mas um autêntico literato e erudito, foram as sucessivas versões que produziu de poetas espanhóis do séc. XVII, entre os quais se destaca o nome de Francisco de Quevedo. Igualmente neste domínio é sabido que reeditou, em 1706, a versão inglesa de *Don Quixote de la Mancha*²⁶ de Thomas Shelton, que corrigiu e alterou, voltando a traduzir algumas passagens do original de Cervantes. Este interesse pelo tema tinha-se manifestado ante-

²³ Anvers, en casa de Hieronymo Vendussen, 1610. Não se trata, porém, de um trabalho integralmente original. Tendo passado uma parte considerável da sua vida em Ormuz, Pedro Teixeira adquiriu um domínio da língua persa que lhe permitiu incluir na sua relação traduções de textos de historiadores daquele país. Assim, as partes do trabalho dedicadas à história da Pérsia e de Ormuz resultam, em grande medida, de uma tradução da volumosa *Historia da Pérsia* de Mir Khwānd (Muhāmmad ibn Khāvand Shāh), 1433-1498, e da *Crónica dos Reis de Ormuz* de Tūran-Shāh.

Veja-se a este propósito o prefácio à nova tradução inglesa da obra de Pedro Teixeira da autoria de William F. Sinclair e Donald Ferguson: «Introduction», in *The Travels of Pedro Teixeira, with his «Kings of Harmuz», and Extracts from his «Kings of Persia», Translated and Annotated by William F. Sinclair [...] With further Notes and an Introduction by Donald Ferguson*, The Hakluyt Society, 1902, pp. XC-CVII.

²⁴ «The travels of Peter Teixeira from India to Italy by Land», in *A new collection of voyages and travels: with historical accounts of discoveries and conquests in all parts of the world. None of them ever before printed in English; being now first translated from the Spanish, Italian, French, Dutch, Portuguese and other languages [...]*, London, J. Knapton, 1708-1710, (vide Vol. II, Parte II, 1710).

Esta compilação de relatos de viagem foi reeditada no ano seguinte sob o título de *A new collection of voyages and travels, into several parts of the world, none of them everbefore printed in English [...]*, London, J. Knapton, 1711. Nesta edição o texto de Pedro Teixeira figura no segundo tomo.

²⁵ *The History of Persia. Containing, the lives and memorable action of its Kings from the first erecting of that monarchy to this time; an exact description of all its dominions; a curious account of India [...]. To which is added an abridgement of the lives of the Kings of Harmuz, or Ormuz. The Persian history written in Arabick, by Mirkond, a famous Eastern author; that of Ormuz, by Torunxa, a king of that island, both of them translated into Spanish, by Antony Teixeira, who liv'd several years in Persia and India; and now render'd into English*, London, J. Brown, 1715.

²⁶ *The history of the most ingenious Knight Don Quixote de la Mancha. Formerly made English by Thomas Shelton, now revised, corrected, and partly new translated from the original, by John Stevens [...] This 2d farther revised and amended*, London, Printed for R. Chiswell, 1706.

riormente em Stevens, quando traduzira em 1705 a continuação de *D. Qui-xote*, da autoria do espanhol Alonzo Fernandez de Avellaneda ²⁷.

Um estudo atento de toda a sua obra revela uma evidente tendência para a especialização, que o torna um verdadeiro precursor dos hispanistas do séc. XIX:

«Miscellaneous as Steven's work was, he deserves special recognition as a predecessor of Southey, Stirling-Maxwell, and Ticknor in the exploration of the rich mine of Spanish literature, and his translations of Quevedo and of the historians Mariana and Sandoval are of real value.» ²⁸

Se a actividade desenvolvida por John Stevens, enquanto divulgador da literatura espanhola, certamente nos surpreende pela quantidade e variedade das obras traduzidas e pela importância dos autores que escolheu, a sua intervenção no campo das letras portuguesas, embora mais limitada, não pode ser menosprezada, revestindo-se afinal de particular importância.

Dissemos a este propósito que Stevens seleccionou conscientemente autores e obras de primeira grandeza no âmbito da nossa literatura. Mas, para além disso, é forçoso destacar que até aí nenhum outro autor britânico havia demonstrado um interesse tão particular e profundo pelo nosso país, pela sua história e pelos seus escritores. Considerando o real valor das suas traduções e o aspecto inovador do trabalho realizado, não nos parece de modo algum excessivo que alguns autores o tenham designado precursor de Robert Southey e de John Adamson, os primeiros lusófilos ingleses.

Efectuada a apresentação do autor e a apreciação geral da sua carreira literária, passaremos em seguida a analisar aquele que poderemos considerar o mais inovador e original dos seus trabalhos de temática portuguesa. Mais interessantes do que qualquer das traduções anteriormente referidas, *The Ancient and Present State of Portugal* ²⁹, texto publicado em 1701, surge como obra de divulgação, fruto das inúmeras leituras que havia efectuado sobre o nosso país e das experiências adquiridas no contacto directo com a realidade portuguesa.

Assumindo de novo um papel precursor, Stevens coloca-nos, com quase um século de antecipação, perante o tipo de trabalho que se iria vulgarizar nos finais de setecentos, quando o afluxo de viajantes a Portugal levou à publicação de inúmeros relatos de viagem e de obras descritivas sobre a cultura e o modo de viver dos seus habitantes.

Segundo o *Dictionary of National Biography* ³⁰, a primeira edição de *The Ancient and Present State of Portugal* terá surgido em 1701. Contudo, o *General Catalogue of Printed Books* do British Museum e o

²⁷ *A continuation of the comical history of the most ingenious knight, Don Quixote de la Mancha, by the licenciado Alonzo Fernandez de Avellaneda. Being a third volume; never before printed in English. Illustrated with several curious copper cuts. Translated by John Stevens.* London, Printed for J. Wale and J. Senex, 1705.

²⁸ *Dictionary of National Biography*, vol. II, p. 1999.

²⁹ Vide *supra*, nota 11.

³⁰ *Op. cit.*, Vol. II, p. 1999.

National Union Catalogue da Biblioteca do Congresso ³¹ indicam, como data da edição mais antiga, o ano de 1705. É provável que a primeira correspondência de facto à *editio princeps*, tratando-se as restantes (1705, 1706 e 1713) de sucessivas reedições.

Este dado poderá reflectir o êxito então alcançado por uma obra inovadora. A ausência de informação sobre o nosso país e de trabalhos que reflectissem a realidade portuguesa de um modo tão completo terá predisposto os leitores ingleses para uma leitura atenta do nosso viajante.

A descrição de Stevens peca todavia pela ausência de elaboração formal e estilística patenteada pela maior parte do texto. Apesar de grande parte da sua obra resultar da transcrição ou síntese de alguns dos mais famosos textos da historiografia peninsular do séc XVII, não estamos ainda perante o relato de viagem de valor e contornos declaradamente literários. As suas paráfrases reflectem muito fugazmente a qualidade do original e as suas versões resumidas de passagens das obras consultadas não passam, em muitos casos, de listas de tópicos, desprovidas de encadeamento lógico.

Porém, John Stevens não pretendeu elaborar um texto literário original. Não se trata ainda de um trabalho individual, através do qual o autor procura expôr a sua visão do país que encontrou.

Aliás, vimos já que o nosso viajante nunca foi um autor original, tendo-se afirmado ao longo de toda a sua carreira literária como tradutor e compilador e não como criador. Na verdade, Stevens não reclama para o seu trabalho qualquer estatuto de originalidade. No prefácio manifesta-se, desde logo, particularmente escrupuloso ao revelar todas as fontes de que se serviu na elaboração da sua obra.

Deste modo, prefere apresentar *The Ancient and Present State of Portugal* como uma compilação de textos de historiografia e geografia ou de obras sobre religião, que procurou, no fundamental, resumir e sintetizar na versão inglesa. Stevens evita sempre a tradução literal do material bibliográfico colhido, limitando-se a produzir versões livres de alguns trechos, a resumir outros em forma de tópicos, ou simplesmente a colher dados factuais e estatísticos que insere no seu texto.

Com alguma regularidade, intercala no seio do texto traduzido ou de elementos transcritos das fontes consultadas algumas observações pessoais. Noutros casos interrompe as transcrições, procurando confrontar os dados citados com a informação colhida através da observação directa, durante a sua estada em Portugal. Sempre que tal acontece Stevens procura deliberadamente sublinhar a sua perspectiva individual, passando de imediato a narrativa para a primeira pessoa. Consegue deste modo colocar em relevo os seus comentários, destacando-os do restante *corpus* textual, simples tradução.

A única excepção ao quadro que acabámos de traçar é o capítulo correspondente à descrição de Lisboa, o único de que Stevens assume e reclama completa autoria.

³¹ Vide: *British Museum General Catalogue of Printed Books, Photolithographic edition to 1955*, London, The Trustees of the British Museum, 1964, Vol. 229 (STEB-STEVENSON), pp. 911-913; *The National Union Catalogue, Pre-1956 Imprints*, London, Mansell 1978, Vol. 568, pp. 454-457.

Embora *The Ancient and Present State of Portugal* seja simplesmente uma relação sobre um país estrangeiro, não podemos deixar de a enquadrar no âmbito do género que é a Literatura de Viagens. Não se trata do habitual relato ou narrativa de um périplo por um ou mais países. O texto de Stevens assemelha-se muito mais ao *travel notebook* (ou colectânea de apontamentos de viagem), tão vulgar entre os viajantes ingleses dos séculos XVII e XVIII que atravessavam o Continente no seu *Grand Tour*.

Os objectivos pretendidos com a elaboração do *travel notebook* eram de ordem muito diversa e dependiam no geral das circunstâncias que determinavam a viagem. Através dele o viajante poderia registar informação obtida no contacto pessoal com a realidade estrangeira e confrontá-la posteriormente com os dados colhidos através de uma bibliografia específica sobre as nações visitadas. Toda essa informação seria particularmente útil aos jovens da aristocracia inglesa que, na sua grande maioria, viriam a ocupar cargos diplomáticos, militares ou governativos.

Noutros casos os factos ou episódios anotados limitavam-se simplesmente a servir de tema de conversa de salão elegante, onde o relato de episódios curiosos e costumes exóticos de países distantes causava agrado geral entre os convivas.

Já os viajantes dotados de maior talento literário utilizavam os elementos colhidos no contacto directo com culturas estrangeiras ou os apontamentos de leituras efectuadas e sintetizadas no *notebook*, como ponto de partida para a elaboração de um relato de viagem ou descrição de um ou vários países. Na maioria dos casos a redacção da narrativa era iniciada meses ou anos após o regresso à Grã-Bretanha.

Esta última hipótese poderá permitir-nos explicar a génese da obra de Stevens. Será *The Ancient and Present State of Portugal* a primeira versão de um projectado relato de viagem, parcialmente deixado sob a forma de tópicos ou de apontamentos? Neste caso, por que motivo terá desistido do seu objectivo original?

Talvez a resposta se encontre na ausência de um autêntico pendor criativo e de talento literário ou, pura e simplesmente, na incapacidade de encadear os dados coligidos, alguns anos depois de ter deixado Portugal. Neste caso o autor teria decidido limitar-se a traduzir e resumir os textos consultados para inglês, acrescentando-lhe alguns trechos já redigidos da obra que planeava publicar.

A este propósito o prefácio de Stevens poderá ser bastante revelador. Nele o autor procurou apresentar o seu trabalho com a maior honestidade, fazendo justiça aos autores que utilizou. Assim, o viajante refere todos os títulos consultados e traduzidos e os capítulos da sua obra em que foram vertidos ou adaptados para o inglês:

«Two motives induce me to prefix these few lines by Way of Preface. The one, that it is generally expected, and a book seems to come naked into the World without it [...]. The other, that I may do right to those I am oblig'd to for this Account of Portugal, being no way desirous to appropriate to my self another Man's Due; and as this is no bare Translation, I could not give every one his own in the Title.»³²

³² «To the Reader», in *The Ancient and Present State of Portugal*, p. VI (v. *supra*, nota 11).

Os doze primeiros capítulos são quase por completo fruto de uma paráfrase da *Europa Portuguesa*³³ de Manuel de Faria e Sousa, autor que Stevens bem conhecia e havia traduzido anteriormente. Um terço do seu trabalho é afinal uma tradução ou adaptação de passagens daquela obra.

O capítulo XIII, dedicado à descrição da orgânica interna do Tribunal do Santo Offício e da inquisição portuguesa, resulta de uma síntese de um original em língua latina, do eclesiástico italiano Caesar Carena, intitulado *Tractatus de Officio sanctissimae inquisitionis et modo procedendi in causis fidei* (1641)³⁴. Acerca deste autor Stevens acrescenta ter sido uma das figuras cimeiras na hierarquia da inquisição italiana.

Embora o original de Carena seja em parte um tratado dedicado à instrução de inquisidores em «início de carreira» e descreva de um modo geral a orgânica interna do Tribunal do Santo Offício e as suas funções, sem abordar especificamente a inquisição portuguesa, Stevens estava consciente de que aquela instituição actuava em Portugal segundo métodos semelhantes aos vigentes nos restantes países católicos, não obstante diferenças pontuais a nível hierárquico ou de orgânica interna. Nessa medida procurou extrair do original de Carena a informação geral que lhe permitiria esclarecer os leitores sobre a Inquisição, organismo que tanta controvérsia gerara no seu país mas praticamente desconhecido pela maioria dos seus compatriotas.

Nos restantes capítulos, de cariz fundamentalmente histórico e geográfico, que incluem uma descrição muito sintética de todas as cidades e vilas portuguesas³⁵ e uma listagem de todos os rios do país, Stevens recorreu a um número muito variado de textos portugueses e castelhanos. O viajante destaca, entre os autores consultados, Rodrigo Mendez Sylva, Faria e Sousa, Juan de Mariana e Estevan de Garibay y Camalloor³⁶.

O nosso autor procura apresentar-se como um acérrimo defensor do rigor nas afirmações efectuadas, acrescentando não se ter limitado a seguir literalmente os autores citados. Assim, afirma ter procurado confirmar toda a informação por eles fornecida através de uma análise atenta das melhores cartas geográficas da época, o que lhe permitiu indicar com a maior precisão possível a posição exacta de cada localidade mencionada no seu texto, bem como a sua distância relativa da capital.

Este interesse certamente se prendia com a formação militar do autor, que durante anos desempenhou importantes funções no exército de

³³ 3 vols., Lisboa, Antonio Graesbeeck de Melo, 1678-1680.

³⁴ Cremonae, *Apud* Marc Antonium Belpierum, 1641.

³⁵ Vide *The Ancient and Present State of Portugal*, pp. 193-210, 211-285, 302-310.

³⁶ Para além da *Europa Portuguesa* de Manuel de Faria e Sousa e da *Historia General de España* de Juan de Mariana, anteriormente citadas, Stevens terá consultado os trabalhos de Estevan de Garibay y Camalloor, *Los Quarenta Libros del compendio historial de las chronicas de todos los Reynos de España*, Barcelona, Sebastian de Cormellas, 1628 e *Illustraciones genealogicas de los Catholicos Reyes de las Españas [...] de los christianissimos de Francis, y de los Imperadores de Constantinopla [...]*, Madrid, Luis Sanches, 1596.

O viajante teria igualmente recorrido à obra de Rodrigo Mendez Sylva, *Poblacion general de España. Sus trofeos, blasones, y conquistas heroicas. Descripciones agradables, grandezas notables, excelencias gloriosas, y sucessos memorables. Con muchas, y curiosas noticias, flores cogidas en el estimable jardin de la preciosa antiguedad, reales genealogias, y catalogos de dignidades ecclesiasticas, y seglares [...]*, Madrid, D. Diaz de la Carrera, 1645 (vide pp. 144-195: «Descripcion del reyno de Portugal»).

James II. Este facto poderá, todavia, conduzir-nos a equacionar de um modo diverso os propósitos de Stevens ao elaborar esta obra. A preocupação excessiva do autor com pormenores geográficos, económicos e estatísticos das localidades portuguesas mencionadas, em muitos casos em detrimento de aspectos relativos à cultura, ao carácter dos habitantes e à história do país visitado, poderão significar que a estada de Stevens em Portugal não foi unicamente motivada pela busca de um local de exílio. Ao longo da sua estada o viajante poderá ter obtido inúmeros dados de interesse militar, que terá fornecido ao governo inglês em troca da autorização de regressar ao seu país. É fundamental não esquecer que, na época, a Inglaterra reatara a sua aliança político-militar com Portugal e, graças aos diversos tratados comerciais firmados com o nosso país, nele exercia uma influência económica crescente.

Em plena expansão colonial e militar a Grã-Bretanha não escondia o seu interesse estratégico em Portugal, que pretendia gradualmente submeter à sua esfera de influência.

Os dados revelados pelo autor em *The Ancient and Present State of Portugal* seriam neste caso uma pequena parte da informação (e naturalmente a mais irrelevante) que colhera ao longo dos três anos que vivera entre nós.

Considerando a obra na sua globalidade, parece-nos justo afirmar que uma das partes mais interessantes e reveladoras será a descrição de Lisboa, que corresponde ao capítulo XIV. É da seguinte forma que Stevens a ele se refere no prefácio:

«After this follows the Description of the City of Lisbon, which I may in a great Measure call my own, having liv'd there a considerable Time; tho' for fear of Mistakes I compar'd it with several Travellers that have spoke of it, and by their Help call'd to mind several Things that had slipp'd my Observation.»³⁷

A distância temporal que o separava do período de residência em Lisboa, no momento em que empreendeu a redacção do capítulo, forçou Stevens a buscar descrições de Lisboa de outros viajantes, através dos quais reconstituiu pormenores e aspectos da cidade que havia entretanto esquecido.

O quadro de Lisboa que nos oferece é, sem dúvida, da sua autoria. Neste trecho da obra, tal como nos episódicos comentários pessoais interpolados nas paráfrases dos autores consultados, o viajante revela-nos inteiramente as suas impressões do país e do seu povo.

Embora a sua visão de Portugal seja, no geral, positiva, Stevens assume-se aqui inteiramente como cidadão inglês, não escondendo o desagrado e o espanto que algumas situações de evidente atraso da sociedade portuguesa lhe causaram. É disso exemplo a passagem em que denuncia as deficientes condições higiénicas na parte baixa da cidade de Lisboa:

«Those Streets which lye along the Sides of the Hills are the cleanest, every great Shower of Rain washing away the Filth that is cast out, for it will run down like a flood; so that whilst the

³⁷ «To the Reader», in *Op. cit.*, pp. VIII-IX.

Violence of the Rain lasts there is often no crossing a Street without wading above mid-leg. As for the lower Streets which lye along the Bottoms they are filthy in the highest Degree, in wet Weather almost impassible as floating in Mire, there being no Shores to carry off any Water, nor Scavengers to clear the Dirt, except some few Horses with Pannires that take it away but superficially. If these Streets be bad in wet Weather, they are not much better in dry, in regard of the stench of the Ordure that is continually thrown out; for not only the Dust of the House is cast into the Streets, but Chamber-pots and Close-stools; for in all the City there are no Houses of Office, but they make use of long Pots, which the Cleanlier People cause to be carry'd down and empty'd upon the Shore, but Thousands to save the Charge of carrying it down to the River, empty all into the Street...»³⁸

No entanto, a pontual crueza das palavras de Stevens ao descrever algumas situações da realidade lisboeta não é, de modo algum, representativa da visão global que nos transmite da cidade.

Em menos de vinte páginas Stevens consegue elaborar, num tom realista e cativante, um verdadeiro documentário da capital portuguesa no final do séc. XVII. Num estilo corrente e com uma invulgar economia narrativa, o viajante traça um quadro autêntico da cidade no período anterior ao Terramoto. O seu olhar fascinado percorre o espaço que separa a barra do Tejo do centro da capital, descrevendo sucessivamente os arredores, as colinas e a Baixa, com os seus palácios, edifícios religiosos e praças.

A técnica descritiva utilizada por Stevens na sua relação da cidade de Lisboa, organizada em sete pontos temáticos diferentes, parte sempre da visão geral para a análise de um aspecto particular, nomeadamente um monumento ou um edifício histórico. Um exemplo claro deste processo, que ousaríamos reputar de «cinematográfico», está patente no seguinte trecho da sua descrição:

«Within these Forts and Bar the River forms a vast Bay, safe and deep, and the Shores on both Sides beautify'd with Country Houses, Monasteries Olive and Orange Gardens and Vineyards. Drawing still higher to the City, and the Channel of the River growing narrower, in the streightest part of it stands another Fort, which they call *Torre de Belen*, or the tower of *Betlehem*... . It takes the name from a large Village opposite to it on the North Shore, which first receiv'd it from a Magnificent Monastery of *Bernardins*... . This Monastery was Founded by *Emanuel* King of *Portugal*, under whom India was first discover'd, and is a most Magnificent Structure. The Church is very large, Built after the Manner of Cathedrals; and tho' Beautiful and Rich in all its Parts, as being adorn'd with excellent carv'd Work, rich Painting, and all Manner of costly Ornaments...»³⁹

³⁸ *Ibidem*, cap. XIV, pp. 181-182.

³⁹ *Ibidem*, cap. XIV, pp. 179-180.

Deixando de parte a descrição de Lisboa, passaremos em seguida a efectuar uma análise do conteúdo global da obra, bem como da visão que Stevens transmite do nosso país, empreendendo, em último lugar, uma avaliação do peso atribuído pelo autor às diferentes matérias abordadas na descrição.

Através da sua obra, o viajante parece ter pretendido oferecer aos leitores ingleses uma relação, o mais completa possível, da realidade portuguesa. De modo relativamente sintético, Stevens consegue abordar neste trabalho todos os aspectos mais pertinentes da sociedade e da cultura de um país que, em 1701, era ainda desconhecido pela maioria dos seus compatriotas.

Contudo, ao preferir traduzir e parafrasear autores portugueses e castelhanos, sem se preocupar, na maioria dos casos, em os comentar ou julgar, Stevens acaba em muitos casos por se tornar acrítico. Na verdade, o maior defeito da sua obra reside, porventura, no facto de, em certos momentos, citar e transcrever opiniões de outros escritores, de um modo passivo, abstendo-se de as avaliar.

Esta deficiência não deve ser, todavia, generalizada, pois, ainda que esporadicamente, o viajante insere nalgumas transcrições comentários pessoais, através dos quais critica asperamente os portugueses, denunciando aquilo que considera serem os seus defeitos e a inoperância das suas instituições.

Logo no segundo capítulo, intitulado «Of the Kingdom of Portugal as it is at this Present»⁴⁰, baseado em grande medida em material colhido na *Europa Portuguesa* de Faria e Sousa, Stevens denuncia a crescente decadência do país em contraste com os momentos áureos do seu passado. O nosso autor refere-se neste caso ao crescente despovoamento das seis províncias em que se dividia o Reino, procurando apontar as causas do acentuado decréscimo populacional e do evidente estado de abandono a que se encontravam votadas largas zonas de Portugal:

«The whole Kingdom is divided into Six Regions or Provinces, all of them formerly abounding in Multitudes of People, so much decreas'd of latter Times, that at present vast Plains lye waste for want of Hands to Till them. The Cause of this extraordinary Decrease of People was principally their vast Conquest abroad, which drein'd the Kingdom, as also their Natural Laziness, which draws them Abroad in hopes of living more at Ease, rather than to gain their Bread with Labour at home. The Universities have contributed no less towards depopulating the Country, drawing thence great Numbers with the hope of Preferment, or desire of a more easie Life.»⁴¹

Alguns capítulos mais adiante Stevens alarga o âmbito das suas críticas às instituições portuguesas, denunciando as situações de corrupção

⁴⁰ *Ibidem*, cap. II, pp. 7-20.

⁴¹ *Ibidem*, cap. II, p. 9.

que minavam o sistema judicial português e tecendo contundentes críticas ao exercício da justiça em Portugal:

«It is very strange, that the Countrey being nothing Enlarg'd, nor the people Multiply'd, but rather so Diminish'd that much Land lyes waste for want of Tillers, yet the Courts and Number of Officers for Administration of Justice shou'd be so vastly Inceas'd, with a design that there might be an equal distribution of it; and no less strange, that by how much more Officers there are, by so much the less Justice is to be found [...]. What can be more extravagant than to see in every Village that has scarce half a Score Inhabitants, one of them, and sometimes one half of them, empower'd as officers and Ministers of Justice? What can these have to live upon, unless being in Power they are the Authors of Villanies to make their own Advantage of them?»⁴²

Importa todavia afirmar que, apesar da aparente dureza de algumas das críticas formuladas e do tom acutilante das suas denúncias, a visão que nos transmite do Portugal de seiscentos é bastante equilibrada e favorável ao nosso país. Em confronto com os viajantes do final de setecentos e de oitocentos, Stevens conseguiu, sem dúvida, manter um maior grau de distanciamento e de imparcialidade na apreciação da sociedade portuguesa. Embora a justeza de alguns dos seus juízos possa facilmente ser posta em causa, deles estão ausentes certos sintomas de etnocentrismo e chauvinismo que impregnavam a maior parte dos relatos de viagem ingleses.

Stevens conhecia os portugueses e, acima de tudo, encontrara no seu país um local de refúgio no momento em que se tornara *persona non grata* em Inglaterra. Deste modo, embora destaque claramente aquilo que considera serem defeitos, não deixa, no entanto, de apreciar nos portugueses as suas qualidades, procurando quase sempre julgá-los com moderação e relatividade.

«They are easily porvoked and, when anger'd become Cruel. In boasting of the Nobility, a Fault natural to all Men, they exceed most Nations. But it is a needless and ungrateful Task to describe the tempers of Nations whom to extol looks too like Flattery, and to decry has the Air of Prejudice.»⁴³

Mas o aspecto mais fascinante da visão que nos transmite de Portugal reside no facto de o autor ser um católico, traço que inevitavelmente marca toda a sua descrição do país e pesou de modo decisivo no destaque atribuído à temática religiosa. Por consequência Stevens assume uma posição radicalmente contrária à da maioria dos viajantes ingleses contemporâneos e posteriores, quase sempre anglicanos ou protestantes, exaltando nos portugueses o seu fervor religioso e a sua devoção, traços de carácter habitualmente qualificados de superstição e fanatismo. Deste modo, aquilo

⁴² *Ibidem*, cap. VII, pp. 66-67.

⁴³ *Ibidem*, cap. II, p. 9.

que, em geral, os autores britânicos consideravam ser um dos motivos do profundo atraso que distanciara Portugal e Espanha das restantes nações europeias, é olhado por Stevens como motivo de exaltação:

«In this particular the *Portuguezes* give place to no Nation. Even before the coming of *Christ*, when Idolatry had overshadow'd the Universe, then were they most zealous in that Superstition. After the Redemption of Man, upon the coming of the Apostle *St. James*, they readily left the Worship of Satan, in which they had been missed so many Ages, and paid their Adoration to the great God in Heaven. Since then they have ever been found most Zealous Assertors of Christianity at Home, and Fervent Preachers of it Abroad, a sufficient Testimony of their Piety and Devotion, is the Multitude of Rich Churches and Stately Monasteries that Adorn the Kingdom, whereof as far as my intended Brevity will allow I shall here give a short Account.»⁴⁴

Tendo em consideração a origem irlandesa do autor e a sua confissão religiosa católica, não pode causar qualquer espanto o facto de o viajante dedicar todo um capítulo da obra à Inquisição, sem proferir qualquer libelo condenatório da acção repressiva e persecutória daquela instituição. Deste modo, limita-se a citar trechos da obra de Caesar Carena, corroborando e completando a informação fornecida naquele texto com dados obtidos noutras fontes. Dos comentários que efectua à obra do inquisidor italiano não transparece, naturalmente, qualquer vontade de contestação ou denúncia dos crimes do Santo Ofício.

Na verdade, é muito provável que Stevens, cidadão de um país onde o anglicanismo triunfara definitivamente em 1688 e onde os católicos, em posição claramente minoritária, eram tolerados, mas cautelosamente vigiados e afastados das esferas do poder, desejasse secretamente a restauração da Igreja Romana e o estabelecimento da Inquisição na Grã-Bretanha, apesar da sua estratégica aceitação do novo *status quo*.

Para Stevens, Portugal, país onde passara parte do seu tempo de exílio, era ainda um símbolo da resistência contra a Reforma e a «heresia protestante», funcionando como baluarte do catolicismo e garante da propagação da fé cristã pelo mundo. Esse era claramente um dos motivos da sua admiração pelo povo português, que o levava a atribuir um peso excessivo a matérias religiosas, em detrimento de aspectos a que a maioria dos viajantes dedicava particular atenção — a história, a herança literária e intelectual, os costumes e o carácter do nosso povo.

Stevens, pelo contrário, preferiu dedicar uma parte considerável da sua obra à relação pormenorizada das instituições monásticas e das principais obras religiosas, comprazendo-se em efectuar exaustivas listagens de todos os santos e homens devotos venerados pelo nosso povo. Não faltam igualmente referências a todos os milagres por eles praticados, aos locais onde as suas relíquias se encontravam guardadas, bem como a todos os santuários que então lhes eram dedicados em Portugal.

44 *Ibidem*, cap. VI, p. 48.

A excessiva dedicação do autor à temática religiosa certamente gerará, numa primeira leitura, uma natural estranheza. Ela poderá afigurar-se nos paradoxal e até ridícula, por provir de um cidadão britânico, no início do séc. XVIII, em pleno Iluminismo. Contudo, importa entender que a insistência de Stevens na abordagem destes assuntos se reveste de um particular significado. Ela reflecte, de modo implícito, uma clara consciência da importância que a religião assumia no quotidiano dos portugueses e um evidente entendimento da sua religiosidade, em todas as suas formas e manifestações. Finalmente, o nosso autor demonstra ainda conhecer o poder real da Igreja em Portugal, enquanto instituição, e a sua decisiva influência nas esferas política, económica e social.

A complexidade da obra de Stevens, o variado espectro de temas nela abordados, bem como a diversidade das fontes a que o autor recorreu na sua elaboração, justificariam uma análise exaustiva e atenta que, todavia, excede por completo os objectivos deste estudo. Mas, não obstante o carácter limitado e parcelar da nossa abordagem, os dados que a partir dela obtivemos permitem-nos afirmar que *The Ancient and Present State of Portugal* constitui um autêntico marco na história da literatura de viagens sobre Portugal, revestindo-se simultaneamente de elevado interesse enquanto documento de uma época da nossa história.

Tendo em conta os dados fornecidos ao longo da nossa análise, será lícito concluir que Stevens transmite, através da sua obra, uma visão diferente do país visitado, que em tudo se distancia do tradicional olhar inglês sobre Portugal. Esta diferença pressupõe da parte do autor uma invulgar abertura e receptividade face à sociedade portuguesa.

De facto, a sua clara sensibilidade a facetas e aspectos da realidade nacional, habitualmente rejeitados pela maioria dos seus compatriotas, permitem-lhe apreciar com relativa coerência e equilíbrio o universo cultural português.

Contudo, o seu posicionamento de abertura e simpatia em relação ao país que conheceu não é generalizada. Não devemos esquecer que Stevens era, acima de tudo, um estrangeiro, cuja perspectiva da realidade portuguesa era necessariamente distanciada. Ao olhar «de fora» o país, o viajante mantinha a lucidez e a racionalidade que lhe permitiam repudiar ou classificar de negativos certos traços da mentalidade nacional. Deste modo, denuncia sucessivamente o desinteresse dos portugueses em relação ao seu próprio país e o abandono a que votavam a metrópole, com as suas inexploradas riquezas e potencialidades, para buscarem uma promessa de ilusório enriquecimento nas colónias. O governo português não escapa igualmente às suas críticas, sendo indirectamente acusado de inoperância, pela manifesta incapacidade de promover a exploração das riquezas do subsolo, pela situação de abandono dos campos, num país cujas potencialidades agrícolas eram largamente reconhecidas, bem como pela ausência de incentivos ao desenvolvimento do comércio e à criação de novas manufacturas.

É igualmente notório o poder de observação do autor, atento a pormenores do carácter nacional que eficazmente enumera na sua caracterização do homem português. Contudo, Stevens, apesar dos seus propósitos de imparcialidade e rigor, confere um claro destaque aos traços mais

negativos, atribuindo às suas naturais qualidades um carácter lendário e referindo-as como mero dado histórico, sobre o qual prefere não tecer considerações:

«As to their Garb, the *Portugueze* Commonalty of the better Sort are plain, but well enough habited, but the meanest Sort for the most part bare-footed and bare-legged. They have formerly been Famous for Martial Affairs, Learning, Zeal towards Religion, and Love to their Native Princes, besides other notable Qualities their Authors assign them, which we shall pass by in silence.»⁴⁵

No entanto, Stevens redime-se, ao longo da sua obra, desta apreciação notoriamente preconceituosa, acabando por reconhecer nos portugueses todas as qualidades acima citadas, para além de outras que implicitamente lhes atribui — a devoção religiosa, a destreza e valor militar, o orgulho nacional e a estima pelos seus reis, ou ainda o espírito de aventura que lhes permitira erguer um império.

Atento a pormenores e traços de carácter menos lisongeiros, Stevens refere-se pontualmente à sua indolência natural, à inércia e à generalizada corrupção, que impedia a normal aplicação da justiça e grassava nas várias instâncias governativas.

Particularmente interessantes são os comentários que tece acerca das relações entre os sexos e da situação da mulher em Portugal. A este propósito manifesta abertamente o espanto e o repúdio que lhe causavam os sentimentos de ciúme que dominavam, de um modo geral, elementos de ambos os sexos, assim como a situação de gritante submissão e completa ausência de liberdade a que a mulher se encontrava sujeita.

«Both Men and Women are jealous even to extravagancy, and this is so frequent that it may pass for an Epidemical Distemper. And doubtless the great confining of Women proceeds rather from this Cause than, as some will have it, from their own Modesty. It is true of late Years the Female has gain'd some more Liberty than was formerly allow'd them, which makes good my Assertion, for they struggle hard many Years to gain a little, and Custom scarce prevails upon the Men to allow of it, but with very great regret.»⁴⁶

Embora a sua análise do carácter nacional seja nalguns pontos coerente e justa, em muitos aspectos, Stevens, pretendendo ser o mais realista e justo possível, acaba por se tornar sarcástico e agressivo, verberando violentas críticas aos portugueses. Tais comentários, sendo em muitos aspectos semelhantes àqueles que viajantes dos sécs. XVIII e XIX registaram nos seus relatos, não resultam porém de um evidente preconceito em relação a um país considerado bárbaro e atrasado, mas à necessidade sentida pelo autor em manter um certo distanciamento crítico em relação aos textos portugueses citados ou traduzidos.

⁴⁵ *Ibidem*, cap. II, p. 9.

⁴⁶ *Ibidem*, cap. IX, p. 87.

Foi já largamente referido neste trabalho o profundo interesse de que se reveste a obra de John Stevens, pela variedade dos seus interesses literários e pelo ecletismo demonstrado na selecção dos autores e das obras que traduziu. As suas versões em língua inglesa abrangem textos literários portugueses e espanhóis e um número importante de trabalhos de historiografia, de origem peninsular e francesa. Paralelamente a este tipo de actividade, o *Dictionary of National Biography* atribui-lhe igualmente diversas traduções de um texto sobre a história das instituições monásticas da Grã-Bretanha ⁴⁷, assim como dois trabalhos da sua autoria, versando a mesma temática ⁴⁸, que pretendiam ser uma continuação da obra traduzida. Mais importante do que os dados anteriores é a notícia veiculada pela mesma fonte, que atribui a Stevens a primeira versão em língua inglesa da *Historia Ecclesiastica Gentis Anglorum* ⁴⁹, do monge latinista Bede.

Ao longo deste trabalho foi nosso objectivo exclusivo apresentar no geral as traduções de obras portuguesas de Stevens e efectuar uma análise sumária do trabalho dedicado ao nosso país, *The Ancient and Present State of Portugal*. Interessou-nos, no fundamental provar que o nosso autor foi, no final do século XVII, um precursor dos lusófilos e que a sua obra constituiu, afinal, uma antecipação do trabalho por eles iniciado um século mais tarde.

Um estudo exclusivo da sua obra dedicada a Portugal, que não tenha em conta os trabalhos realizados no domínio da literatura espanhola, torna-se necessariamente insatisfatório. Na verdade os seus trabalhos dedicados às literaturas peninsulares não podem ser estudados independentemente. Em primeiro lugar, todos os autores que Stevens traduziu situam-se, a nível cronológico, na primeira metade de seiscentos, época em que Portugal e Espanha se encontravam unidos sob a égide da casa real espanhola, situação que conduziria a um intenso intercâmbio cultural e literário entre as duas nações. Por outro lado, os escritores portugueses que escolheu — D. Francisco Manuel de Melo e Faria e Sousa — não só produziram textos em ambas as línguas peninsulares, como residiram por largos anos em Espanha, onde certamente mantiveram contactos com os autores castelhanos traduzidos por Stevens.

⁴⁷ *Monasticon anglicanum: or, The history of the ancient abbies, monasteries, hospitals, cathedrals and collegiate churches, with their dependencies, in England and Wales: also of all such Scotch, Irish, and French monasteries, as did in any manner relate to those in England [...] First publish'd in Latin by Sir William Dugdale [...] To which are now added, exact catalogues of the bishops of the several dioceses, to the year 1717. The whole corrected, and supplied with many useful additions by an eminent hand*, London, Printed by R. Harbin for D. Browne and J. Smith, 1718.

⁴⁸ *The history of the ancient abbeys, monasteries, hospitals, cathedrals and collegiate churches. Being two additional volumes to Sir William Dugdale's Monasticon anglicanum: containing the original and first establishment of all the religious orders that ever were in Great Britain [...], By John Stevens [...], 2 vols., London, Printed for J. Smith, 1722-23. Monasticon hibernicum. Or, the monastical history of Ireland*, London, W. Mears, 1722, (versão alargada e alterada da *Histoire Monastique d'Irlande de Alemand*).

⁴⁹ *The ecclesiastical history of the English nation, from the coming of Julius Caesar into this island, in the 60th year before the incarnation of Christ, till the year of Our Lord 731. Written in Latin by Venerable Bede, and now translated into English from Dr. Smith's edition. To which is added, the life of the author*, London, Printed for J. Batley and T. Meigham, 1723.

Uma análise coerente da sua obra implicará igualmente uma análise exaustiva das suas traduções, versões livres e adaptações, que deverão ser pormenorizadamente cotejadas com os originais. Como se sabe, John Stevens excede, nalguns casos, largamente as funções do tradutor, assumindo, de modo mais ou menos declarado, o estatuto do autor. Assim, obteve versões de tal modo livres, que resultariam em autênticas obras autónomas, independentes dos originais.

Através deste ensaio pensamos ter contribuído de algum modo para a redescoberta de John Stevens e da sua obra, oferecendo algumas pistas para análise de um dos seu trabalhos e sugestões para uma abordagem global das suas traduções e textos originais.

Não obstante o vasto número das suas contribuições para a divulgação das literaturas peninsulares na Grã-Bretanha, ele é hoje em dia praticamente ignorado. Torna-se por isso urgente recuperar a sua obra e aprofundar o seu estudo, processo que previamente implicará a redescoberta do próprio autor, personagem multifacetada, cujas origens e história de vida permanecem desde há muito mergulhadas no esquecimento.